

Autonomização das formas sociais e crise*

LEDA MARIA PAULANI**

Introdução

Com o advento da crise provocada pelos títulos hipotecários norte-americanos em setembro de 2008 há, no campo crítico, uma retomada intensa da discussão dos conceitos desenvolvidos por Marx na seção V do Livro III de *O capital*, em particular os de capital portador de juros e de capital fictício.

Contudo, para compreender de que modo esses conceitos elucidam esses fenômenos é preciso considerar o contexto teórico no qual eles surgem. Isso significa não só lembrar que estamos falando do processo de produção capitalista como um todo (Livro III), mas também que esses conceitos conformam o ponto final de um desenvolvimento categorial que Marx começa no capítulo inicial do Livro I.

Neste artigo, procuro refazer brevemente esse caminho, que entendo ser o da apresentação, *pari passu*, de um processo de autonomização das formas sociais (primeira seção), para, em seguida, elaborar algumas reflexões sobre sua pertinência para a compreensão da natureza do capitalismo contemporâneo e da crise atual (segunda seção).

* Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla, financiada por bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, e foi desenvolvido no âmbito das atividades do Cafin, grupo de pesquisa *Instituições do Capitalismo Financeiro*, registrado na mesma instituição.

** Professora do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

Capital fictício: o ponto final de um desenvolvimento categorial

Como se sabe, Marx começa a análise do modo de produção capitalista pela mercadoria, definindo-a como um duplo que contém duas determinações que se opõem: valor de uso e valor. Por trás delas, o duplo caráter do trabalho que representam: a primeira, o trabalho concreto, a segunda, o trabalho abstrato. Evidentemente, essa tensão que opõe os dois “tipos” de trabalho está posta também na relação entre aquelas duas determinações. A tensão permanente que reina entre elas deriva do fato de que a sociedade moderna põe como concreto e efetivo aquilo que é geral.¹ Assim, a generalidade e, nesse sentido, a abstração, são suas maiores marcas. Nas palavras de Marx,

a forma valor geral (...) mostra, por meio de sua própria estrutura, que é a expressão social do mundo das mercadorias. Assim, ela evidencia que, no interior desse mundo, *o caráter humano geral do trabalho constitui seu caráter especificamente social.*²

Como é o caráter geral que é o especificamente social (exclusivo do modo de produção capitalista), essa tensão também pode ser entendida como uma tensão entre o geral e abstrato e o particular e concreto, sendo que o primeiro (geral e abstrato) e as formas sociais por ele constituídas tendem, por sua própria lógica, a se autonomizar das formas sociais das quais são antípodas, tentando, a cada passo, se desvencilhar dos entraves concretos que impedem sua plenitude.

É já no primeiro capítulo de *O capital* que Marx irá afirmar que a antítese interna à mercadoria entre valor de uso e valor se externaliza na antítese entre mercadoria e dinheiro. Ora, o dinheiro nada mais é do que o valor autonomizado, o valor que se libertou do valor de uso como seu suporte.

Mas o dinheiro irá carregar para dentro de si a tensão que ele resolveu. No capítulo 3 do Livro I, Marx irá penetrar nas entranhas do dinheiro e lá nós vamos encontrar resposta à mesma tensão. O primeiro momento em que isso aparece é na relação entre as duas primeiras determinações do dinheiro, quais sejam, medida do valor (e padrão dos preços) e meio de circulação. A tensão existe porque a medida do valor está diretamente relacionada à dimensão material da tensão interna à mercadoria. Seu papel de medir o valor exige certa concretude, algo que remeta à atividade laborativa do homem em sua criação e produção de coisas úteis. Daí porque aparece o ouro como a primeira materialidade de que o dinheiro se apropria.

Porém, como meio de circulação, o dinheiro precisa se libertar dessa corrente de ferro, pois, como moeda, sua função principal é permitir a dança das merca-

1 Inspiro-me aqui nas análises feitas por R. Fausto. Marx – *Lógica e Política*, v.I. São Paulo: Brasiliense, 1983 (ensaios 3 e 4).

2 *O capital*, Livro I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p.67, itálicos meus.

dorias, cuja música é a igualação abstrata dos valores de uso (trabalho concreto) que a troca exige. Por isso, Marx diz que a moeda pode ser signo de si mesma, ou seja, o ouro pode ser aí substituído por senhas metálicas ou bilhetes de papel.³ O funcionamento do meio de circulação faz que o abstrato (geral) que o dinheiro representa se autonomize do concreto (particular) que a medida do valor exige.⁴ Mas essa autonomização se dá ainda nos limites da circulação, é uma autonomização *para* a circulação e a tem por finalidade. A circulação que vale aqui é a M-D-M, em que o dinheiro é de fato apenas “meio”, instrumento para tornar viável uma finalidade, que radica em última instância ainda no valor de uso.

É com a terceira determinação do dinheiro, que o põe como meio de pagamento e objeto de entesouramento, que o dinheiro irá se autonomizar da circulação (e do valor de uso). Como meio de pagamento, o dinheiro se autonomiza da circulação porque a troca de mãos das mercadorias tem lugar mesmo ele não estando presente. Como tesouro, ele se autonomiza da circulação porque se furta a ela. É essa terceira determinação do dinheiro, com seus dois momentos antípodas, que põe o dinheiro não como forma evanescente e intermediária do metabolismo da troca, mas “... como a encarnação material do trabalho social, *existência autônoma do valor de troca*, mercadoria absoluta” (Marx, op. cit, p.116, grifos meus). O circuito aí já é, claramente, o D-M-D’, que tem na valorização do valor sua finalidade.

Mas a posição da terceira determinação do dinheiro, com sua libertação da circulação, não significa o fim da tensão. Contradições mais agudas espreitam logo abaixo da superfície. O aprofundamento da contradição deve-se ao surgimento do crédito – que está implícito na posição do dinheiro como meio de pagamento – e ao capital portador de juros que lhe segue. Com o desdobramento do dinheiro (já plenamente constituído) em sua figura de crédito, o processo de acumulação se autonomiza da circulação mercantil, mas internaliza no crédito a contradição constitutiva desse processo entre o impulso lógico de valorizar indefinidamente o valor em geral e a dependência que essa valorização ainda tem da produção de riqueza material e concreta (ou seja, que tem o valor de uso por conteúdo).

Segundo Marx, além de acelerar a metamorfose das mercadorias e do próprio capital, o crédito atua na redução dos custos de circulação, no movimento de equalização da taxa geral de lucro, na formação da sociedade por ações e também na oferta “ao capitalista individual (...) [de] uma disposição, dentro de certos limites, absoluta de capital alheio...”.⁵ Assim, como observa Harvey (1982/2006, p.281-8), o crédito parece harmonizar e resolver as contradições do capitalismo, mas ele,

3 David Harvey aponta a mesma contradição entre medida do valor e meio de circulação, mas refere-se à circulação do dinheiro de crédito que, categorialmente, demanda ainda a posição da terceira determinação do dinheiro. (Limits to Capital. Londres: Verso, 1982/2006, p.249).

4 Essa libertação passa por um momento anterior, uma vez que, para funcionar como moeda, a medida do valor precisa se pôr como padrão dos preços, sendo que as exigências que se fazem para esses dois papéis são opostas.

5 *O capital*, Livro III, t.I. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p.333, grifos meus.

e aqui Harvey cita o Marx dos *Grundrisse* “suspende as barreiras à realização do capital, somente porque as eleva à sua forma mais geral”.

Aquilo que apareceu inicialmente como um saudável expediente para expressar os interesses coletivos da classe capitalista, como um meio para superar as barreiras e grilhões à produção (...) transforma-se na principal alavanca da superprodução e da superespeculação. (ibidem, p.288)

Como meio de pagamento, o dinheiro se autonomiza da circulação mercantil, mas sua autonomização da circulação é sua posição como capital portador de juros, como um capital que pode perfazer o movimento D-D’ diretamente, ou seja, de um ponto de vista externo à produção. O dinheiro autonomiza-se da circulação mercantil para protagonizar seu movimento circulatório como capital. Mas, quando esse capital portador de juros está assentado no crédito à produção, ele ainda tem a produção – com sua necessidade de força de trabalho, com suas exigências particulares e concretas – como pressuposto. Sua libertação total só se dá quando o capital se liberta de si mesmo e se põe como capital fictício. Quem opera essa alforria é o princípio da capitalização, o qual transforma qualquer série de pagamentos, origine-se ela ou não de um capital, em rendimentos provenientes do capital.

O capital fictício é assim o ponto final de um desenvolvimento categorial que tem início na “forma elementar” do modo de produção capitalista, qual seja, a mercadoria. Esse desenvolvimento é logicamente necessário, pois se constitui em um desdobramento da contradição entre valor de uso e valor, e produz consequências práticas, como a possibilidade da desmaterialização (inconvertibilidade) do dinheiro mundial e a possibilidade de que as formas sociais mais autonomizadas (capital portador de juros, capital fictício) comandem o processo inteiro da reprodução capitalista. A crise que experimentamos deve-se à conjunção, em um mesmo momento histórico, dessas duas possibilidades.

Capital fictício, dinheiro inconvertível e crise

Ainda que por razões distintas e com ênfases diferenciadas, vários autores vêm sustentando, já há algum tempo, que o capitalismo vive hoje à sombra do capital financeiro.⁶ Os dados parecem dar razão a essa percepção. Segundo o último levantamento do *McKinsey Global Institute*, o valor dos ativos financeiros mundiais (considerados aí ações e debêntures, títulos de dívida públicos e privados

6 Cf. F. Chesnais. *A mundialização financeira* (Introdução). São Paulo: Xamã, 1998; D. Harvey. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004; G. Duménil, G. e D. Lévy. *Superação da crise, ameaças de crise e novo capitalismo. Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003; Immanuel Wallerstein. *Mundialização ou Era de Transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema mundo. Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003; R. Guttman. *As mutações do capital financeiro*; F. Chesnais. *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998; G. Arrighi. *O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

e aplicações bancárias)⁷ cresceu cerca de 14 vezes entre 1980 e 2006, enquanto o PIB mundial limitou-se a crescer 4,5 vezes no mesmo período. De algum modo, portanto, o capital financeiro (capital portador de juros) vem, a uma taxa crescente, se autonomizando do capital real, ou seja, daquele capital efetivamente existente em instalações, máquinas e equipamentos que produzem coisas úteis. Em outras palavras, parece haver suficientes evidências de que boa parte dessa riqueza é constituída por capital fictício e que a valorização desse capital, por estar completamente autonomizada de qualquer imperativo que tenha raízes no mundo real da produção, vem se dando livremente, portanto, a uma taxa muito elevada, impossível de ser alcançada pela valorização capitalista “normal”.⁸ Por isso mesmo, a fragilidade e a vulnerabilidade da economia mundial aumentaram substancialmente e com elas a ocorrência de crises.

Outro aspecto do mesmo quadro é o destacado crescimento, no mesmo período, do mercado de derivativos e, com ele, de um alentado processo de inovações financeiras, já que mais de 95% dos derivativos negociados no mundo são financeiros. Como veremos adiante, a explosão dos derivativos financeiros é um dos elementos característicos da financeirização do capitalismo, em um mundo de dinheiro inconversível.

É preciso notar também a importância que ganha, nesse processo, a riqueza constituída pelos títulos da dívida pública, um capital fictício que foi de extrema importância no processo que deu origem ao capitalismo. Um expediente típico da acumulação primitiva⁹ conquista lugar proeminente no capitalismo “avançado” e sofisticado do início do século XXI.¹⁰

Até que ponto se pode dizer que o peso da riqueza financeira é uma novidade na história capitalista? Essa é uma questão que divide os autores, pois, para alguns, trata-se apenas de um momento cíclico, que já esteve presente em outras quadra-

7 Não se inclui nesse total o valor dos derivativos. A não inclusão dificulta a percepção do impacto exercido pela riqueza financeira, mas sua inclusão não é simples. Não há consenso sobre qual é o valor que deveria integrar uma estimativa como essa. Certamente, não faz sentido incluir aí o valor nocional dos contratos, particularmente nos casos de futuros e opções, pois eles são, em geral, liquidados por um valor muito menor. Mas então qual valor deve ser incluído? Ninguém sabe a resposta. De qualquer forma, as estimativas existentes sobre a riqueza financeira mundial apontam para um total em 2007 de cerca de US\$ 200 trilhões em ativos financeiros não derivados (McKinseys Institute), cerca de US\$ 674 trilhões em derivativos, sendo US\$ 595 trilhões em contratos de balcão e US\$ 79 trilhões em contratos registrados em bolsas – valores nominais (Bank of International Settlements).

8 Por exemplo, segundo estatísticas do Bank of International Settlements, o valor da riqueza existente sob a forma de títulos bancários cresceu, apenas em 2007, 27% e, sob a forma de títulos de dívida, 16%. Nenhuma economia do mundo cresceu, nesse ano, em uma velocidade sequer próxima a essa.

9 D. Harvey em *O novo imperialismo* tem uma sofisticada tese, que reafirma no Prefácio à edição de 2006 de *The Limits to Capital*, sobre o papel desempenhado pelos expedientes típicos da acumulação primitiva, inclusive daqueles marcados pela violência, no capitalismo de hoje, que aqui não temos espaço para abordar.

10 O aumento de poder dos credores do Estado graças ao crescimento dessa riqueza é um dos fatores mais importantes para explicar o sucesso da pregação neoliberal e a adequação a seus interesses da política gerida pelo Estado.

turas históricas,¹¹ ao passo que para outros configura algo inédito.¹² O fato, porém, é que o predomínio da finança não só perdura há quase três décadas, como tem levado a mudanças profundas na própria seara da valorização produtiva. Muitas das transformações pelas quais vem passando a esfera produtiva (toyotização, generalização do *just in time*, deslocalizações produtivas etc.) foram respostas aos imperativos ditados pela lógica financeira. A riqueza material, que deveria ser a base da riqueza financeira, passa a ser produzida segundo seus imperativos.¹³

Ademais, com a prevalência dos títulos negociáveis sobre o crédito bancário (Belluzzo, 2005),¹⁴ é a figura de “mercadoria” da mercadoria capital (capital portador de juros) que se impõe, mais do que a figura do dinheiro. Se Marx disse, sobre o capital portador de juros, que aí a relação capital atinge sua forma mais alienada e fetichista, talvez seja possível dizer que a securitização generalizada, que toma conta da valorização financeira, opera essa mistificação de modo ainda mais contundente. Os ativos financeiros valorizam-se por si só “nos mercados” e vão criando cada vez mais riqueza fictícia.

Mas é o caso de perguntar como tem sido possível que um predomínio baseado em uma “farsa” venha perdurando por tanto tempo e alterando o cenário material das mais diversas formas. Uma resposta possível é que o dinheiro mundial finalmente se libertou das amarras que lhe impunham sua vinculação a uma mercadoria de verdade. A ausência de estrangulamentos materiais em relação ao objeto que produz a unidade na qual se conta a riqueza evidentemente vem facilitando o exercício da autonomia que o capital ganha ao se libertar de si mesmo.

Um indício do acerto dessa tese se encontra justamente na explosão dos mercados de derivativos financeiros que ocorre depois do rompimento de Bretton Woods, no início da década de 1970, o qual gera um sistema monetário internacional baseado em uma moeda puramente fiduciária conhecido como padrão dólar-dólar. Nesse sentido,¹⁵ os derivativos financeiros podem ser entendidos

11 G. Arrighi, op. cit. I. Wallerstein, op. cit.

12 F. Chesnais. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. F. Chesnais (Org.). *Finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

13 Vale notar a sinergia que há entre a produção da riqueza material sob o comando da lógica financeira e o crescimento constante do poderio dessa lógica que tal movimento produz. Duas observações são suficientes a esse respeito. A primeira é que a sociedade *holding*, que está na cúpula de todos os grandes grupos de capital, tem por função organizar de forma centralizada a gestão do capital dinheiro, fazendo que a operação do caixa funcione não como atividade de apoio à produção, mas como um “centro de lucro” adicional (o qual se torna, muitas vezes, o mais importante, dada a rentabilidade potencial dos ativos financeiros). A segunda observação é que as intervenções das empresas não financeiras nos mercados de câmbio chegam a ser de 5 a 10 vezes superiores às necessidades de pagamento de suas transações internacionais. A esse respeito ver C. Serfati. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. F. Chesnais (Org.). op. cit, 1998.

14 L. G. M. Belluzzo. Prefácio à edição brasileira de F. Chesnais, 2005, op. cit.

15 Baseio-me, a partir daqui, nas considerações de T. N. Rotta. Dinheiro inconversível, derivativos financeiros e capital fictício: a moderna lógica das formas. São Paulo: IPE/USP, dissertação de mestrado, 2008.

como um capital fictício próprio a um capitalismo em que o dinheiro mundial é inconvertível. Sem a rede de proteção produzida pelos mecanismos de Bretton Woods, cujo lastro em última instância era uma mercadoria de verdade (o ouro), o mercado encontrou nos derivativos um substituto.

Mas o movimento não se reduz a isso. Longe de se restringirem a seu papel de instrumentos de *hedge* (ou seja, meios de proteção contra um risco potencialmente magnificado por um mundo de valor sem lastro e de movimentos de capital sem regulação), os derivativos se transformam, eles mesmos, em um *locus* de enorme valorização potencial, fazendo que os derivativos financeiros (ativos derivados de ativos em geral fictícios) constituam-se no capital fictício por excelência de um mundo em que o dinheiro mundial é uma forma pura.

A crescente riqueza financeira, que há muito vem se deslocando de ativo para ativo financeiro buscando a valorização que não encontra no mundo da produção real, saiu dos créditos contra as economias latino-americanas para as moedas dos países “emergentes”, daí para as ações das empresas “pontocom”, e finalmente para o mercado imobiliário norte-americano, que, em todos esses passos, teve seus movimentos amplificados pelos derivativos e pela engenharia financeira produzida pela aparentemente completa autonomia do capital. A crise de enormes proporções que ora assistimos não é nada mais do que a revelação da profundidade da contradição envolvida nesses movimentos, os quais vêm embalando o capitalismo há pelo menos três décadas.

PAULANI, Leda Maria. Autonomização das formas sociais e crise. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.29, 2009, p.25-31.

Palavras-chave: Capitalismo contemporâneo; Crise econômica; Ciclo econômico; Capital financeiro.